



EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: INFELICIDADE DE MUITOS, OPORTUNIDADE DE MERCADO PARA POUCOS

Fernando Martins Parreira e Sousa¹

Após trinta dias de suspensão das atividades escolares devido ao novo Coronavírus, o estado de São Paulo decidiu, a partir do dia 27/04, suspender as férias e retornar as aulas, através de plataformas virtuais, em toda rede de ensino Paulista.

Segundo dados² da própria Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, a rede de ensino Paulista é o maior sistema de formação educacional do país; são mais de 4 milhões de jovens cursando entre o ensino fundamental e o médio, ao passo que conta com 250 mil professores no quadro do magistério, número este abaixo da demanda nas escolas em tempos sem pandemia.

São Paulo é o estado economicamente mais rico do país, com grande multiplicidade étnica, no entanto, a distribuição de riqueza acontece de maneira muito desigual. A renda, segundo Pier de Maria (2018), é um índice importante para avaliar a pobreza, contudo, aspectos como qualidade de moradia, acesso a serviços e escolaridade, por exemplo, são relevantes para entender a vulnerabilidade à pobreza.

O objetivo deste texto é fazer um relato de experiência enquanto professor da rede de ensino do estado de São Paulo, que está passando pela

¹ Prof. da Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo – SP. E-mail: fernando.parreira@hotmail.com.

² Educação de São Paulo em número. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/dados-educacionais> Acesso em 03/05/2020 às 09:35.



vivência da inserção do ensino virtual na rede pública. Nesse sentido proponho uma reflexão sobre as características regionais e locais, de acesso à rede de internet pelos estudantes, refletindo sobre as oportunidades mercadológicas criadas com o cenário de pandemia.

Em entrevista à rádio *BandNews*, o Secretário da Educação, Rossieli Soares da Silva, foi indagado pelo apresentador, Eduardo Barão, em relação ao conhecimento da Secretária de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC) sobre condições de acesso à rede pelos estudantes das escolas públicas. Segundo o Secretário, 94% dos alunos da rede estadual possuem *smartphone* e aparelhos de tv. Entretanto, a pergunta sobre acesso à internet não foi respondida de forma efetiva pelo Secretário.

Apontando a solução para este problema, o acesso à rede, o Secretário apresentou um *app* disponível para as versões *Android* e *iOS*, disponíveis nas lojas virtuais, o Centro de Mídias de Educação de São Paulo (CMSP), com internet subsidiada pelo Governo do Estado. Foi apresentado, também, uma parceria entre a SEDUC e a TV UNIVESP – Universidade Virtual do Estado de São Paulo, através do canal 2.2 (capital) e a criação de um canal – Canal Educação - 2.3 (capital), onde os alunos que não possuem internet podem acompanhar as aulas. Para além desses recursos virtuais se falou em disponibilizar materiais impressos, que até o momento não chegaram nas escolas.

A SEDUC estabeleceu no calendário escolar o replanejamento, com atividades remotas entre os dias 22 a 24 de abril, para que nós professores, a coordenação e direção pudéssemos nos preparar para realização das atividades não presenciais dos estudantes, a partir do dia 27 de abril.

As atividades foram exaustivas, dado a quantidade de informações apresentadas pelos profissionais da SEDUC, que se contradiziam entre um vídeo e outro, mas, também, pela instabilidade das plataformas utilizadas para estas apresentações, uma vez que a utilização do CMSP era obrigatória, pois a presença do professor seria contabilizada através deste *app*. Entretanto,



ninguém conseguiu acesso aos conteúdos através deste *app*, porque em nenhum momento ele funcionou.

A partir do segundo dia, considerando a instabilidade do CMSP, a participação do professor passou a ser mensurada através de um questionário disponibilizado no final do dia de trabalho no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EFAPE), que também apresentou instabilidades durante todo o replanejamento. Foi muito complicado acompanhar o volume de informações desse período, dado a quantidade de informações, perguntas e dúvidas relativas a esse ambiente virtual. Um outro fator estressante foi a comunicação, via *WhatsApp*, pelos professores, devido a muitas conversas em busca de entendimento do que estava acontecendo.

Em uma conversa no *WhatsApp* com outros professores, percebeu-se que o *app* disponibilizado para se fazer o ensino a distância se mostrou extremamente deficitário para a maioria dos docentes. No entanto, houve uma fala de uma docente que se destacou por avaliar de forma positiva o aplicativo, ressaltando as videoconferências que, para ela, estavam muito bem organizadas. Vale destacar que nem todos os docentes possuem uma capacidade crítica para compreender o atual cenário educacional.

Para encerrar as atividades do replanejamento, o ponto chave para mim foi a obrigatoriedade do envio de um arquivo descrevendo algumas atividades criadas pelos professores. A questão que nos pareceu nesse momento foi a obrigatoriedade de os professores terem que dar um *feedback*, dessas atividades realizadas, em vez de perceberem o engajamento dos docentes na preparação para as aulas virtuais.

A coordenadora da escola na qual trabalho se propôs a atualizar o cadastro dos alunos, a partir do qual foi possível criar grupos de *WhatsApp*, nos forçando a entrar nesses grupos com alunos para estarmos em contato com os mesmos e, também, a criação de salas no *Google Classroom* para disponibilizarmos atividades e avaliações. A necessidade de tantos recursos serve para a geração de documentação para satisfazer as exigências da



SEDUC. No entanto, registrar não significa necessariamente considerar a educação de uma maneira equânime.

Apesar do empenho dos organizadores, as atividades empreendidas pela SEDUC no replanejamento não tiveram seus objetivos plenamente alcançados. Houve desencontros de informações e o mal funcionamento das plataformas, o que gerou muita ansiedade em todos os envolvidos nesse processo de formação, incluindo os alunos.

É certo que nós, professores e alunos, não dispomos de conhecimentos técnicos para ministrar essas aulas remotas, do dia para a noite. Prova disso é a quantidade de alunos que já estão presentes nas salas virtuais do componente curricular. No sexto ano, por exemplo, nenhum aluno aderiu as aulas. Do sétimo ao nono ano temos uma média de 12 alunos, enquanto no ensino médio a maioria dos alunos aderiram as aulas virtuais. Não há nenhuma turma onde o ensino virtual funcionou da forma prevista. Diante desses dados podemos inferir certa “autonomia” que os alunos do ensino médio possuem em relação aos alunos do fundamental, uma vez que esses necessitam da ajuda dos pais, que em muitos casos, possuem menor escolaridade do que a de seus filhos.

O neoliberalismo³ tem sido norteador das políticas educacionais, e é nesse contexto, de Covid-19 que o empresariado agirá para materializar seus interesses no campo educacional. Marx e Engels (1982), aponta para o capital como potência que tudo domina. Portanto, é nessa conjuntura que devemos analisar a educação, considerando como categoria a classe social, para entender nos atos políticos expressos através de alterações na legislação educacional uma submissão da educação à economia e aos interesses do capital.

³ Doutrina política está relacionada historicamente à ascensão da burguesia no século XVIII. Sua ideia mais básica é que a liberdade de um modo geral (livre mercado e democracia) é vantajosa para a sociedade como um todo. Além de defender um modelo de economia de livre mercado, os liberais também acreditam que a liberdade do indivíduo em agir da forma que lhe convier, desde que sem agredir a liberdade do próximo. Disponível em: <https://www.politize.com.br/neoliberalismo> Acesso em 03/05/2020 as 14:00 h.



Segundo Harvey (2011), o neoliberalismo controla o trabalho e garante sua exploração, e o Estado assume papel garantidor da propriedade privada e de segurança para o funcionamento do mercado. Assim sendo, percebemos que as oportunidades mercadológicas estão sendo criadas nesse cenário de pandemia. O próprio Secretário da Educação do Estado de São Paulo aponta que a utilização de um ensino híbrido pós pandemia, ou seja, um ensino presencial combinado ao virtual, pode ser uma alternativa viável para a diminuição das desigualdades sociais. Há uma apropriação do discurso de que a tecnologia não veio substituir o professor, mas servir como uma alternativa e um apoio aos professores.

Nesse sentido o que podemos observar é que, amparado em um discurso de garantias de direitos, de aprendizagem e continuidade de estudos, a educação está sendo posta a lógica mercadológica, esvaziada de valores sociais e culturais, voltada ao conformismo, afirmando a política neoliberal de que a responsabilidade pelas dificuldades e fracassos são individuais, de responsabilidade do aluno.

Referências Bibliográficas

BAND NEWS. Vídeo (15.12 min). Aulas da rede estadual serão retomadas dia 27 com programas de TV e materiais online, diz secretário. Publicado pelo **canal Band News**. 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=TtLwem8SB1E>. Acesso em: 03/04/2020.

MARIA, Pier Francesco De. **Diferenciais sociodemográficos e espaciais da pobreza no Estado de São Paulo (1991-2015)**, Campinas, SP [s.n.], 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Victor Civita, 1982.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.